

**A CRÍTICA NEOCONSERVADORA
AO PROGRAMA DE
PESQUISA REALISTA:
RELAÇÕES ENTRE IDEOLOGIA,
POLÍTICA E CIÊNCIA**

CLÁUDIO JÚNIOR DAMIN

Mestre em Ciência Política (UFRGS),
Doutorando em Ciência Política (UFRGS)



RESUMO

O artigo tem o objetivo de estabelecer as principais críticas do pensamento neoconservador em relação ao programa de pesquisa realista em relações internacionais. O neoconservadorismo, influência ideológica da política externa norte-americana da administração George W. Bush (2001-2009), possui similitudes com a teoria realista, mas, por outro lado, suas principais premissas chocam-se frontalmente com muitas das assertivas do “núcleo duro” realista. Analisando as diferenças, discute-se a possibilidade do neoconservadorismo ser tratado como um novo programa de pesquisa, aos moldes lakatosianos, aplicado às relações internacionais.



Palavras-chave: teoria das Relações Internacionais, neoconservadorismo, realismo, metodologia dos programas de pesquisa



ABSTRACT

The article aims to establish the main criticisms of neocon thinking in relation to realistic research program in international relations. Neoconservatism, ideological influence the foreign policy of the U.S. George W. Bush administration (2001-2009), has similarities with the realist theory, but on the other hand, its main assumptions collide head-on with many of the assertions of the “hard core” realistic. Analyzing the differences, we discuss the possibility of neoconservatism be treated as a new research program in the mold Lakatosian, applied to international relations.

Keywords: Theory of International Relations, Neoconservatism, Realism, Methodology of Research Programs



1 INTRODUÇÃO

O artigo tem o objetivo de estabelecer as principais críticas do pensamento neoconservador em relação ao programa de pesquisa realista de Relações Internacionais. Inicialmente iremos identificar as discordâncias dos neoconservadores em relação à postura realista, estabelecendo, assim, diferenças e similitudes dos dois pensamentos; em seguida, pretendemos analisar teoricamente se o neoconservadorismo pode ser considerado como um novo programa de investigação científica aplicado às Relações Internacionais.

Dividimos o artigo em três partes: na primeira, tecemos breves considerações acerca da classificação de realismo e neoconservadorismo; na segunda, expomos as principais críticas dos neoconservadores ao programa de pesquisa realista; por fim, expressamos algumas considerações sobre a possibilidade de o neoconservadorismo ser denominado novo programa de pesquisa lakatosiano.

2 REALISMO E NEOCONSERVADORISMO: CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

Antes de apresentarmos as críticas neoconservadoras ao programa de investigação científica realista é importante que, mesmo que brevemente, façamos uma caracterização preliminar do realismo e do neoconservadorismo.

O primeiro passo é responder à seguinte questão:

Como podemos classificar o realismo e o neoconservadorismo?

As alternativas são várias e se dispersam desde a classificação de teoria, ideologia e doutrina até justificativa ou prática política. Tomar conhecimento sobre o que estamos tratando será essencial para, especialmente na parte final do artigo, estabelecermos as possibilidades ou impossibilidades de o neoconservadorismo ser considerado como um programa de pesquisa em Relações Internacionais, sob pressupostos da teoria lakatosiana.

Em relação ao realismo, Pecequillo (2005, p. 115) classifica como a “corrente teórica ainda dominante das relações internacionais”, sendo que a “elaboração da teoria realista” teria sido iniciada com os trabalhos seminiais de E. H. Carr (*Vinte anos de cirse*) e Hans Morgenthau (*A política entre as nações*), mesmo que suas origens “pré-históricas” se deem

com as contribuições da obra clássica de Tucídides¹, na Grécia Antiga e dos escritos de Nicolau Maquiavel (*O príncipe* e *A arte da guerra*) e Thomas Hobbes (*O Leviatã*).

Já Baracuhy (2006, p. 359) acredita que “o realismo não é uma teoria.” Este seria uma “tradição político-filosófica das relações internacionais.” O autor não nega, no entanto, o caráter teórico do realismo, ao afirmar (Id., p. 360): “A tradição realista abrange e confere unidade a diferentes teorias, que procuram oferecer um olhar analítico sobre a realidade internacional.”

Acreditamos que o debate acerca da classificação do realismo como uma teoria ou não das Relações Internacionais está superado. O realismo consolidou-se como uma teoria cujas vertentes buscam a explicação de múltiplos e diferentes fenômenos, e a vasta produção científica gestada nas universidades é um traço importante para essa consolidação.

O realismo, depois de Morgenthau, viveu momento de profícuo debate teórico, seja com a estruturação do neorealismo por Kenneth Waltz, do realismo neoclássico de Scheweller, do realismo ofensivo de Mearsheimer, entre outros. Todas as variantes do realismo mantiveram o “núcleo duro” de proposições básicas da teoria realista.

Mas, além de uma teoria, o realismo foi usado por governos como doutrina política, especialmente nos Estados Unidos, durante a guerra fria, com suas concepções de balança de poder e dissuasão. Ao nos referirmos à doutrina, estamos tratando da “[...] enunciação formal da parte do chefe do Estado, ou de um homem político, responsável por uma linha política que seu país terá que seguir numa determinada área das relações internacionais.” (BINETTI, 1992, p. 382). Portanto, assumimos que, além de uma teoria, o realismo pode ser aplicado ao mundo real, gerando doutrinas de política externa.

O mesmo consenso que cerca o realismo e sua classificação como uma teoria das Relações Internacionais não é encontrado quando o objeto de discussão é o neoconservadorismo, já que, a exemplo do anarquismo, ele não se reivindica como uma teoria da política.

Em linhas gerais, o neoconservadorismo teve início durante a década de 60 (século XX), quando os Estados Unidos estavam envolvidos na Guerra do Vietnã e no movimento da contracultura. Intelectuais de esquerda, em geral com histórico familiar judaico, ex-trotskistas e

¹ *A Guerra do Peloponeso*, que, segundo Pecequillo (2005, p. 116), “analisa as origens, motivações e dinâmica do relacionamento entre Atenas e Esparta, elaborando os princípios do equilíbrio do poder.”

anticomunistas não assimilaram as críticas às atitudes norte-americanas na guerra, a florescência do relativismo cultural e, num momento posterior, as políticas estatais de bem-estar. O rompimento com os liberais de esquerda e a aproximação com a direita era, pois, apenas uma questão de tempo. Durante os anos 80, a maioria dos intelectuais, preocupados com as questões morais da sociedade norte-americana, já havia migrado para a direita ou para o neoconservadorismo. Dentre os grandes nomes do neoconservadorismo, destacaram-se Nathan Glazer, Norman Podhoretz, Jeane Kirkpatrick, Daniel Patrick Moynihan, Allan Bloom, Gertrude Himmelfarb e Irving Kristol, considerado o pai-fundador do neoconservadorismo (FRACHON; VERNET, 2006; KRISTOL, 1995; EASTON, 2002). Conforme destaca Cantell (2007), essa primeira geração de intelectuais neoconservadores manteve o foco de suas análises e estudos na moralidade da sociedade.

Durante os anos 80 e principalmente durante os 90, houve uma inflexão neoconservadora para os temas de política internacional. E nesses temas destacam-se Robert Kagan, William Kristol, Charles Krauthammer, além de inúmeros intelectuais. O neoconservadorismo adquiriu grande influência durante os anos da administração de Ronald Reagan, em intensidade menor no governo de George H. Bush e desapareceu dos círculos de decisão durante os dois mandatos de Bill Clinton, vindo a ressuscitar com os atentados de 11 de setembro de 2001, durante o mandato de George W. Bush (FRACHON; VERNET, 2006; MURAVCHIK, 2007).

O dissenso sobre a classificação do que seria o neoconservadorismo é um dos grandes problemas que prejudicam o próprio desenvolvimento desse pensamento. Para Irving Kristol (2005, p. 164-165), o neoconservadorismo não pode ser chamado de um “movimento”, mas de uma “persuasão”. Já Boot (apud CANTELL, 2007, p. 46) refere-se a “movimento” para tratar a organização da primeira geração de neoconservadores. Além disso, o próprio Irving Kristol afirma categoricamente que “[...] não há um conjunto de princípios neoconservadores concernentes à política externa, apenas um conjunto de atitudes derivadas da experiência histórica.” (KRISTOL, 2005, p. 167, tradução nossa). Fukuyama (2006, p. 25) vai além e conceitua o neoconservadorismo como “um conjunto coerente de ideias, argumentos e conclusões oriundos da experiência, que devem ser julgados com base na identidade étnica ou religiosa daqueles que adotam essas ideias”, mesmo que Cantell (2007) considere que o autor não explicita satisfatoriamente qual seria esse “conjunto coerente de ideias”.

Para fins deste artigo, iremos classificar o neoconservadorismo como uma ideologia especificamente aplicada à política externa. E entendemos ideologia como um conjunto de ideias que tratam de como “o poder pode ser organizado na sociedade” (HOOVER apud CANTELL, 2007, p. 49, tradução nossa). Mais claro é este conceito de ideologia:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de norma ou regras (de condutas) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo e prático de caráter prescritivo, normativo e regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, culturais e políticas, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes. (CHAUÍ, 1985, p. 113)

Ainda segundo Chauí (1985, p. 106), “a ideologia é uma das formas da práxis social”, ou seja, “[...] aquela que, partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um sistema de ideias ou representações sobre a realidade.” Já Ander-Egg (1995, p. 48, tradução nossa) salienta a existência de laços que ligam ciência, ideologia e práxis. Para o autor:

Se ideologia e ciência não se separam, tampouco há divisão entre ideologia e práxis: não é possível conceber uma ação sem um “projeto”, uma “ideia”, um “modelo” que guie essa ação. [...] A teoria, a investigação e a práxis estão impregnadas e apoiadas em uma ideologia.

Bobbio (2000, p. 74) identifica que, para uma pesquisa ser considerada científica, entre outros quesitos, faz-se preciso que ela não tenha “[...] a pretensão de emitir qualquer juízo de valor sobre as coisas das quais se ocupa deduzindo em seguida prescrições imediatamente úteis à práxis.” Tal concepção deita raiz na noção weberiana da objetividade do conhecimento, que pregava que, mesmo que houvesse valores definindo a escolha de determinado tema de pesquisa, tal condição não inviabilizaria a realização de uma pesquisa científica objetiva, ressaltando que o resultado da pesquisa não poderia justificar os valores.

Para fins deste artigo – e longe de oferecer uma afirmação categórica –, entendemos que a ideologia se faz diferente da ciência não apenas porque aquela se baseia em crença e emite “juízo de valor” sobre seus objetos, mas também porque parece haver uma capacidade

popperiana de as teorias científicas serem falsificáveis. E, nesse sentido, classificamos o neoconservadorismo como uma ideologia.

Mais precisamente, consideramos a ideologia como o produto de circunstâncias sociais de um período delimitado, minada de crenças e pré-conceitos acerca da realidade social, constituída de valores que nos auxiliam a julgar o mundo em que vivemos, oferecendo sentido à realidade a partir de uma “visão de mundo” que tende a gerar um conhecimento ilusório marcado pelo mascaramento dos conflitos sociais existentes.

Ideologia, nesse sentido, distancia-se da teoria, justamente porque a primeira se constitui em um conhecimento não científico e tem preocupação com a tradução das crenças em ação política, ao passo que a teoria é conhecimento científico útil para explicar e analisar a realidade observada, devendo-se afastar de pré-noções ou julgamentos de valor.

Seliger (apud CANTELL, 2007, p. 51, tradução nossa) destaca que “nem todas as ideologias são lógicas e nem todas são estruturas completamente ilógicas” e que “não há política sem ideologia.” Essa questão levantada é das mais importantes, já que, além de uma ideologia, consideramos o neoconservadorismo como uma prática política e um modo de justificação de atos de governos, especialmente a estratégia antiterrorista da administração de George W. Bush.

Se Hobbes “havia escrito o seu *De cive* para defender o absolutismo a que aspirava Carlos I” e “*O ensaio sobre o governo civil*, de Locke, é a justificação doutrinária da revolução inglesa de 1688” (MOSCA; BOUTHOU, 1975, p. 191-193), foram os neoconservadores que ofereceram a justificativa para o comportamento e a ação norte-americana pós-11 de Setembro, mesmo sem haver uma obra que condense toda a ideologia neoconservadora.

Skinner (1993, p. 10) assevera que, se estudarmos as ideologias e considerarmos sua importância, veremos que “as explicações do comportamento político dependem do estudo das ideias e dos princípios políticos”, advogando a tese de que há um vínculo entre ideologia e prática política. Por isso é que o autor recomenda a reflexão sobre “o que os autores estavam fazendo ao escrever” (Id., p. 11), pois bem poderiam estar engajados na luta política como protagonistas da defesa do *status quo* ou, ainda, como ferrenhos opositores de uma dada situação social. Nesse sentido é que, para Thomson (1973, p. 16, tradução nossa), o pensamento político, para ser entendido, necessita ser relacionado “[...] com seu tempo, com o ambiente, o lugar em que foi produzido e a personalidade de quem o concebeu e desenvolveu.”

Temos claro, portanto, que a ideologia pode gerar subsídios para a prática política e a justificativa das atitudes de governos. Referindo-se especificamente ao neoconservadorismo, é interessante notar o trabalho desenvolvido pelo Project for the New American Century's (PNAC), um *think thank* neoconservador que tentou “influenciar a política externa norte-americana na década de 90” (CANTELL, 2007, p. 47) e que, sem dúvida alguma, realizou um trabalho ideológico, até que, com os atentados terroristas de 2001, suas principais premissas, como a política agressiva contra os *rogue states* e o exercício da “hegemonia benevolente”, foram “adotados” pelo governo de plantão. Ou seja, o que era ideologia se transfigurou para o campo da prática e da justificação política.

Em termos gerais, a ideologia neoconservadora é nominada como a “doutrina Bush”, um conjunto de argumentos que formatou a política externa norte-americana pós-2001. Não é objetivo do artigo entrar em detalhes acerca da “doutrina Bush”, mas é preciso salientar que ela é o produto direto da influência da ideologia neoconservadora em Washington e que, conforme Jervis (2003), defende a importância do regime interno dos Estados (leia-se democracia) para uma transformação da política internacional, a guerra preventiva contra grandes ameaças à segurança norte-americana, o unilateralismo, quando necessário, e a crença de que a paz e a estabilidade serão conseguidas com a primazia norte-americana nas Relações Internacionais.

Resta saber que uma das primeiras conclusões que podemos assumir é o fato de realismo e neoconservadorismo possibilitarem reflexões em níveis diferentes sobre o sistema internacional. Isso significa que, enquanto o realismo pode ser tratado como uma teoria, portanto dotado de credibilidade científica, o neoconservadorismo ainda não adquiriu esse *status*, sendo considerado por nós como uma ideologia e mais preocupado com a ação política do que com a compreensão “objetiva” da realidade. Tal fato, no entanto, faz surgir ainda mais indagações sobre a relação existente entre as premissas realistas e neoconservadoras, já que, mesmo que consideremos o realismo como uma teoria e o neoconservadorismo como uma ideologia, ambas correntes de pensamento possuem premissas. E uma dessas indagações, que será tratada no artigo, é se as críticas neoconservadoras ao programa de pesquisa realista em Relações Internacionais possibilitam considerarmos o neoconservadorismo como um novo programa de investigação científica.

3 A CRÍTICA NEOCONSERVADORA AO PROGRAMA DE PESQUISA REALISTA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Realismo e neoconservadorismo comungam dos mesmos preceitos, quando se trata de Relações Internacionais? Seria o neoconservadorismo uma variante da escola realista?

Se observarmos que os realistas criticaram a Guerra contra o Iraque, em 2003, fomentada por ideais neoconservadores, poderemos dizer que realismo e neoconservadorismo são como “água e azeite” e que não se misturam.

Mas o debate acerca das diferenças de uma e outra forma de pensamento em Relações Internacionais deve ir além daquilo que presenciamos desde os atentados de 2001 nos Estados Unidos. As conclusões de diferença entre realismo e neoconservadorismo baseadas no fato de que quase todos os realistas se opuseram à doutrina Bush é, certamente, um grande indício de que há contradições importantes; todavia, por outro lado, pode mascarar as similitudes e aproximações dos dois pensamentos.

Neste artigo, iremos expressar as principais críticas que os intelectuais neoconservadores empreendem contra a tradição realista, em um esforço que objetiva verificar se podemos tratar o neoconservadorismo como um apêndice do realismo ou como algo significativamente dissonante.

E se o propósito deste artigo é identificar as principais críticas dos neoconservadores à escola realista, precisamos radiografar o que se entende por “realismo”. Acreditamos que o que se tem “não é *uma* teoria realista, mas teorias realistas” (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2001, p. 63, tradução nossa). Diversas teorias que se arrogaram o adjetivo “realista” avançaram nos objetos de estudo dessa escola de pensamento, complexificando conceitos, estabelecendo denominações próprias para a teoria de cada autor e criando, nos debates atuais, certa confusão sobre o que, enfim, poderia ser considerado como um pensamento eminentemente realista. Autores como Feng e Ruizhaung (2006), por exemplo, se esforçaram para classificar as diferentes variantes do realismo tendo em vista alguns critérios.

Respondendo à indagação de como podemos identificar as críticas neoconservadoras ao realismo, se ele se apresenta tão “gelatinoso”, pode-se utilizar a teoria de Lakatos (1978), quando se refere ao “núcleo duro” dos programas de investigação científica, ou seja, suas “premissas fundamentais”, que, se modificadas, acabam resultando na modificação do programa de investigação científica (ELMAN; ELMAN, 2003).

Nesse sentido, Dougherty e Pfaltzgraff (2001) conceituam o realismo clássico em cinco premissas básicas, a saber: a) o sistema internacional tem no Estado sua peça fundamental; b) a política internacional é baseada no conflito, com a existência da anarquia no sistema internacional, portanto com Estados lutando para garantir sua sobrevivência; c) Estados possuem diferentes níveis de capacidades objetivas, produzindo, por consequência, Estados fracos e fortes; d) Estados são atores racionais que baseiam suas escolhas com fundamento no interesse nacional; e) o poder é o conceito que melhor explica e prevê o comportamento dos Estados.

Mearsheimer (2001), por sua vez, afirma que o realismo possui três postulados básicos. Por primeiro, os realistas acreditam que os Estados são os principais atores do sistema internacional; em segundo lugar, os realistas assumem que o comportamento dos Estados é influenciado principalmente por questões externas, não por suas características internas, ou seja, “a estrutura do sistema internacional formata” (MEARSHEIMER, 2001, p. 17, tradução nossa), em grande medida, a política externa dos Estados. Disso resulta o fato de que os realistas não desenham um mundo dividido entre “bons” e “maus” Estados, porque “[...] todos os grandes poderes agem de acordo com a mesma lógica, apesar de sua cultura, sistema político, ou como funciona o governo” (Id., p. 18, tradução nossa). Por último, os realistas acreditam que os Estados são dominados por cálculos de poder, o que acaba produzindo competição por poder no sistema internacional.

Além dessas características básicas, Mearsheimer (2005) identifica que os realistas tendem a defender que vivemos em um mundo com balança de poder e que “[...] quando um Estado coloca seus punhos na face de outro, o Estado alvo geralmente não lança suas mãos para o alto e se rende” (MEARSHEIMER, 2005, tradução nossa). O que o Estado faz é procurar meios para defender-se e para isso teria grande predisposição para perseguir uma balança de forças – articulando alianças, por exemplo – contra o Estado ameaçador.

Tais premissas podem ser utilizadas para identificar o que podemos ou não denominar “pensamento realista” de Relações Internacionais. Esse “núcleo duro” lakatosiano propiciou que fossem levados em conta diversos realismos: neorealismo, realismo neoclássico, realismo ofensivo e outros. Esses realismos, filiando-se às premissas básicas, fazem parte dos programas de pesquisa realistas em Relações Internacionais.

No artigo, defendemos que a crítica neoconservadora ao realismo reside em três questões fundamentais: em primeiro lugar, a crença realista de que o comportamento dos Estados é ditado por questões externas e não por fatores domésticos, o que possibilita o equilíbrio de poder no sistema internacional; em segundo, a premissa de que os Estados competem por poder, relegando o papel da moralidade e da ideologia na ação dos atores fundamentais do sistema; em terceiro, a visão realista acerca do interesse nacional definido em termos de poder, com a quantificação do poder dos Estados usando critérios geopolíticos e infraestruturais.

Para cada um desses postulados realistas, os neoconservadores possuem uma visão alternativa que, como veremos a seguir, propõe inserir a moralidade e a ideologia dentro da análise das Relações Internacionais.

3.1 BALANÇA DE PODER E UNIPOLARIDADE

Realistas e neoconservadores convergem na mesma caracterização do sistema internacional como essencialmente hobbesiano e anárquico. Ambos acreditam, como o neorealista Waltz (1979, p. 81, tradução nossa), que a “política doméstica é hierarquicamente ordenada”, mas que a política internacional não é ordenada por nada equivalente a instituições e agências que detêm o monopólio da força e que garantem a ordem e a estabilidade interna de cada Estado nacional.

Neoconservadores como Kagan e Kristol (2000), por exemplo, denunciam os malefícios de um hipotético “governo mundial” e descarregam suas críticas a instituições de cunho universalista, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e seu Conselho de Segurança. Para os neoconservadores, para sobreviver num mundo anárquico, as grandes potências, mais especialmente a potência hegemônica (para eles, atualmente os Estados Unidos) deve garantir sua sobrevivência e dominação a partir do exercício militar.

Mas, para o objetivo deste artigo, precisamos verificar as consequências, para a teoria realista, da anarquia do sistema internacional. Mearsheimer (2001) destaca que a anarquia não significa que o sistema internacional seja caótico, afirmando que a ausência de uma estrutura formal que governe e coordene todos os Estados faz com que o objetivo dos Estados no sistema seja o de manter a sobrevivência.

Ao defender o que ficou conhecido como realismo ofensivo, Mearsheimer (2001) caracterizou o sistema internacional como um espaço em que a “sobrevivência é o principal objetivo dos grandes poderes”, em especial “para Estados que procuram manter a integridade de seu

território e a autonomia da política doméstica” (MEARSHEIMER, 2001, p. 31, tradução nossa). A sobrevivência também é um dos seis princípios da teoria realista de Morgenthau, e todas as nações seriam compelidas a proteger “sua identidade física, política e cultural contra a invasão de outras nações” (MORGENTHAU apud DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2001, p. 76, tradução nossa).

Essa incerteza da sobrevivência possui implicações importantes para a teoria realista. A fim de garantir a sobrevivência, os Estados seriam encorajados a valorizar os atributos militares como condição de garantir a sobrevivência.

Segundo Waltz, “[...] entre homens, assim como entre Estados, a anarquia, ou a falta de governo, é associada com a ocorrência de violência” (WALTZ, 1979, p. 102, tradução nossa). De forma natural, os Estados tenderiam a uma balança de poder para não permitir que um Estado dominasse os demais ou um grupo deles. E esse “estado de guerra” velado entre os Estados impõe limites para a cooperação entre as unidades, justamente por causa da estrutura internacional, em que permeia a insegurança e a busca por sobrevivência.

Essa situação anárquica e competitiva entre os Estados, que habita o sistema internacional, teria influência direta sobre o comportamento dos Estados, ou seja, os fatores externos acabam formatando as atitudes das unidades nacionais, e uma dessas atitudes é a busca da balança de poder (WALTZ, 1979).

Segundo Wohlforth (2004, p. 214, tradução nossa), a teoria da balança de poder destaca que, por causa da anarquia do sistema internacional, os Estados têm interesse em garantir sua sobrevivência “considerando perigosas concentrações de poder (‘hegemonia’), e, por isso, com estímulo para desenvolver “suas próprias capacidades (‘balanço interno’)” ou agregar “suas capacidades com outros Estados a partir de alianças (‘balanço externo’)”.

A balança de poder, baseada na premissa de que o comportamento dos Estados é produzido com apoio em condicionantes intrínsecos ao sistema internacional, indica que a teoria realista destina pouca atenção para os fatores domésticos, ou melhor, que eles não são determinantes para o comportamento dos atores dentro do sistema, o que, como veremos adiante, choca-se frontalmente com os postulados neoconservadores.

E se os neoconservadores, como dissemos, concordam com os realistas em relação ao caráter hobbesiano e anárquico do sistema internacional, questões como a balança de poder e o desprezo pelo nível doméstico são criticadas pela ideologia neoconservadora aplicada às Relações Internacionais.

Normativos, os neoconservadores estabelecem que o melhor para o sistema internacional não é a balança de poder, mas o *bandwagoning* e a supremacia dos Estados Unidos como a potência hegemônica. Mesmo durante o período da guerra fria, intelectuais neoconservadores defendiam uma atitude mais proativa em relação ao confronto Leste-Oeste, já que postulavam a vitória sobre o “império do mal” e a redenção do poder norte-americano.

Criticando a noção de multipolaridade e balança de poder, Robert Kagan (1998, p. 31, tradução nossa), na tentativa de desqualificar a abordagem realista, argumenta que:

É suficiente notar que durante o suposto auge da multipolaridade – século XVIII –, guerra entre grandes potências era um acontecimento regular, com conflitos maiores ou menores, globais ou locais explodindo quase que de década em década.

Tal assertiva, vinda de um neoconservador, já denota que, para esses pensadores, a balança de poder é um indício não de estabilidade, mas de instabilidade provocada pela competição militar e por poder que existiria entre as potências, sem que houvesse um “árbitro” ou uma força maior que se apresente para impor sanções à busca desenfreada por poder. E para os neoconservadores, essa potência maior deveria ser hegemônica embebida de moralidade e ideologia.

Na sequência de sua crítica sobre as pretensões multipolares da Europa, Robert Kagan (1998) afirma que os europeus não estariam preparados para pagar o preço de um mundo multipolar. E, para ele, as potências europeias desejariam uma “multipolaridade honorária”, o que, em outras palavras, significa dizer que os europeus anseiam influência no sistema internacional, mas sem pagar o preço do multipolarismo, tornando-se como que *free riders* do poder norte-americano.

Charles Krauthammer (2002), no início dos anos 90, escreveu artigo defendendo a unipolaridade do sistema internacional depois do fim da guerra fria. Pouco mais de uma década depois, o autor defendeu mais uma vez sua previsão acerca da unipolaridade do sistema que, para ele, iniciou a “era unipolar” (KRAUTHAMMER, 2002, p. 17, tradução nossa).

O que se tem visto, especialmente depois dos atentados de 11 de Setembro, para os neoconservadores, não é o enfraquecimento dos Estados Unidos como a potência hegemônica, mas o enfraquecimento dos outros poderes em detrimento do crescimento do poder norte-americano. O crescimento do poder teria ocorrido com o incremento do orçamento militar e o exercício do poder bélico norte-americano, um novo tipo de

força baseada na união, mobilização e ação em prol da guerra contra o terrorismo e a aceleração do realinhamento das grandes potências à política de Washington contra as redes terroristas mundiais (KRAUTHAMMER, 2002).

Na visão neoconservadora:

Nossa experiência com hegemonia historicamente mostra que inevitavelmente cria-se uma coalizão de países fracos que contrabalança a potência hegemônica, mais recentemente contra a França napoleônica e Alemanha (duas vezes) no século XX. Ainda durante a primeira década da unipolaridade americana nenhum contrabalanceamento ocorreu. (Id., p. 8, tradução nossa).

Pelo contrário, os neoconservadores entendem que os grandes poderes se alinham aos Estados Unidos na guerra contra o terrorismo, mencionando-se frequentemente o caso do Paquistão, da Índia, Rússia e China, consideradas grandes potências. Mas, se para os neoconservadores a balança de poder é algo perigoso demais, a hegemonia também o seria.

Por que, então, eles aceitam a hegemonia norte-americana como condição para a estabilidade do sistema internacional?

Eis outra questão fundamental do pensamento neoconservador em Relações Internacionais: o caráter “benevolente” da hegemonia norte-americana, ligado ao princípio do excepcionalismo. “Um mundo sem a primazia americana poderia ser um mundo com mais violência e desordem e menos democracia e crescimento econômico”, diz Samuel Huntington (apud KAGAN, 1998, p. 26, tradução nossa).

Destaca Kagan (1998, p. 26, tradução nossa): “Se há de ter um único superpoder, é melhor para o mundo que este poder seja o dos Estados Unidos.” A noção de “hegemonia benevolente” é partilhada pelos neoconservadores, constituindo-se naquilo que se poderia denominar “núcleo duro” lakatosiano do neoconservadorismo aplicado às Relações Internacionais, se, obviamente, considerássemos o neoconservadorismo como um programa de pesquisa.

Essa “hegemonia benevolente” é a peça-chave, no pensamento neoconservador, para a estabilidade do sistema internacional. Não basta que haja um *hegemon*, é preciso que esse ator superior esteja ciente de suas responsabilidades e missão no mundo sem balança de poder. E os norte-americanos, ao assumirem o comando do sistema e por serem considerados como uma força do “bem”, estariam auxiliando o sistema a caminhar rumo ao progresso da liberdade, que comumente os neoconservadores associam à extensão da democracia entre os Estados.

Nesta discussão, cabe lembrar que, na Doutrina de Segurança Nacional, publicada em 2002, é flagrante a noção de que a única balança de poder a ser perseguida pelo governo norte-americano seria a “de poder que favoreça a liberdade humana” (WHITE HOUSE, 2002, p. 1, tradução nossa).

Mearsheimer (2001), quando estruturou o realismo ofensivo, mostrou que a própria estrutura do sistema internacional encoraja os Estados a buscar a hegemonia, justamente porque o sistema é baseado no medo entre os grandes poderes. Segundo o autor, a busca do poder apenas cessa quando a hegemonia é conquistada, mas os outros poderes lutariam para contrabalançar as pretensões hegemônicas de outro Estado. O argumento central de Mearsheimer (2001, p. 41, tradução nossa), no entanto, é que “é virtualmente impossível para qualquer estado conquistar a hegemonia global”, seja pelo poder parador da água, seja pelas limitações logísticas, o que faz com que o autor considere os Estados Unidos não como uma potência hegemônica global, mas um *regional hegemon*.

As limitações do poder norte-americano são consideradas por Robert Kagan. O neoconservador tenta diferenciar predominância de onipotência, afirmando que “[...] apenas porque os Estados Unidos têm mais poder do que qualquer um, isso não significa que ele pode impor suas vontades a qualquer um” (KAGAN, 2007, tradução nossa).

Na tentativa de visualizar mais claramente as diferenças acerca da balança de poder realista e da unipolaridade neoconservadora, pode-se pensar a “guerra global contra o terrorismo” levada a cabo pelo governo norte-americano a partir de 2001 e que tem na invasão ao Iraque uma de suas estratégias. Para os neoconservadores, ao derrubar o regime de Saddam Hussein, ocorreria uma política de *bandwagoing*, em que os vizinhos dos Estados com pretensões a avançar seus programas nucleares ou desenvolver armas de destruição em massa acabariam sendo demovidos pelo medo de serem atacados, como o Iraque foi, pela potência hegemônica. Haveria uma espécie de efeito cascata no Oriente Médio, inclusive com a democratização de alguns países.

A dissuasão realista é criticada, nesse sentido, pelos neoconservadores, que não conseguem visualizar uma estratégia da potência hegemônica baseada na negociação diante de *rogue states* que poderiam minar o poder do sistema unipolar. Para Krauthammer (2004, tradução nossa):

No mundo bipolar da Guerra Fria, com um adversário estável e não suicida, a dissuasão poderia funcionar. Dissuasão não funciona contra pessoas que anseiam pelo paraíso. [...] Em um mundo de terroristas, Estados terroristas e armas de destruição em massa, a opção pela preempção é especialmente necessária.

Conforme Mearsheimer (2005, p. 4, tradução nossa), os realistas alertaram que nem Irã nem Coreia do Norte iriam abdicar de seus programas nucleares em função do ataque norte-americano ao Iraque, “[...] mas iriam trabalhar mais do que nunca para adquirir uma dissuasão nuclear para imunizar-se contra o poder americano.” A concepção neoconservadora do “alinhar-se ao mais forte”, somada ao conceito de “hegemonia benevolente” acabariam, para os realistas, com consequências contrárias às pretendidas.

A crítica neoconservadora à balança de poder realista é baseada, sobretudo, numa visão negativa de vários grandes poderes tendo as mesmas responsabilidades, o que tenderia a gerar crises e luta por poder traduzida em conflitos bélicos. Neoconservadores, portanto, criticam os realistas justamente porque estes não vislumbram que, numa situação de equilíbrio de poder, nenhum Estado consiga impor-se perante os outros. Pelo contrário, seria preciso uma força maior e benevolente comandando o sistema internacional e não permitindo o caos e o desequilíbrio.

3.2 PODER E IDEOLOGIA

Krauthammer (2002, p. 13, tradução nossa) escreveu que, “[...] para os realistas, o determinante mais importante para os mais básicos elementos da vida internacional – segurança, estabilidade e paz – é o poder.” Um dos princípios da teoria realista de Morgenthau é que os governantes agem em termos de interesse definido como poder, e esse poder deve-se à necessidade de garantir, prioritariamente, a sobrevivência e a segurança diante de um sistema internacional anárquico.

Essa busca pelo poder é criticada pelos neoconservadores, para os quais o poder, por si só, não poderia ser considerado como um ponto positivo na relação entre as nações. Segundo o neoconservadorismo, os realistas “possuem todos os meios e nenhum fim”, o que faz referência ao fato de que os realistas não consideram que o poder deve ser usado e buscado no sentido de favorecer algum valor ou alguma ideologia. Os neoconservadores, ao contrário, pensam o poder em termos ideológicos, como um instrumento para a expansão da democracia no sistema internacional, revelando a afinidade entre o poder e a ideologia. Krauthammer

(2004, tradução nossa) resume a premissa quando afirma que o “globalismo democrático² considera que o engenho da história não é o desejo pelo poder, mas o anseio pela liberdade” e que o poder deve ser maximizado não tão somente para sobreviver à anarquia, mas também para propiciar, ao mundo, os benefícios que os neoconservadores enxergam no modelo democrático norte-americano.

Da crítica neoconservadora resulta o fato de os neoconservadores considerarem o pensamento realista e sua premissa sobre o poder como algo desprovido de uma concepção ideológica e moral. O poder, para os neoconservadores, não faz parte de um jogo neutro. Pelo contrário, consideram o poder como um mecanismo que deve favorecer a realização de um objetivo claro, definido pela potência hegemônica e julgado em termos morais e ideológicos. A prática do poder pelo poder, nesse sentido, seria reprovada pelos neoconservadores.

Não está o sistema internacional, pois, para os neoconservadores, permeado pela competição de poder, mas pela competição ideológica. Teria sido assim durante a guerra fria, quando se combateu o comunismo e seria agora com a ameaça inédita da conjunção de *rogue states*, armas de destruição em massa e fundamentalismo islâmico ameaçando a “era unipolar” (KRAUTHAMMER, 2002).

É, certamente, discutível essa visão ideológica neoconservadora a respeito do exercício do poder, tendo em vista questões ideológicas, já que, se formos dominados por essa lógica, guerras e conflitos poderão ser justificados em decorrência de um bem maior que, no caso, é o avanço da democracia no sistema internacional. Se o exercício do poder, sob o pensamento realista, não é “contaminado” de ideologia ou moralidade, poder é importante para as duas correntes, mas são os objetivos que se distanciam. Enquanto realistas propõem utilizar-se do poder para manter a sobrevivência e maximizar segurança, neoconservadores entendem que o poder deve ser utilizado com apoio em fins a partir de fins ideológicos muito claros, em geral consoantes com os princípios da potência hegemônica do sistema unipolar, o que revela a crença arraigada na força das ideias influenciando o comportamento dos Estados.

3.3 INTERESSE NACIONAL E VALOR

A última crítica neoconservadora sobre o núcleo das ideias realistas refere-se ao conceito de interesse nacional. Mais uma vez a distinção

² É assim que o autor se refere ao neoconservadorismo.

entre as interpretações se dá com base no poder e na ideologia que, ao que parece, favorece o argumento para uma diferenciação inconciliável entre o programa de pesquisa realista em Relações Internacionais e o neoconservadorismo.

O realismo admite, em seu seio teórico, o interesse nacional como definido em termos de poder. Assim, as ações dos Estados no exterior baseiam-se, prioritariamente, levando em conta o poder desvinculado das qualidades morais dos regimes. Tal situação seria o reflexo das próprias características do sistema internacional que formata, para os realistas, o comportamento dos atores e estes, por sua vez, deveriam agir no sentido de sobreviver mantendo ou maximizando poder e(ou) segurança.

Interesse nacional fundamentado em cálculos de poder requer que pensemos na ausência de julgamentos ideológicos acerca da natureza doméstica dos regimes, uma vez que ela é preterida em razão dos condicionantes externos. Por essa razão, os realistas mensuram o poder dos Estados de forma quantitativa, com base em questões materiais e não de forma qualitativa ou ideológica. Waltz (1979, p. 99, tradução nossa) esclarece esse ponto de vista realista, ao considerar que:

Nós [os realistas] não perguntamos se Estados são revolucionários ou legítimos, autoritários ou democráticos, ideológicos ou pragmáticos. Nós abstraímos todos os atributos dos Estados, exceto suas capacidades.

O poder militar é especialmente associado para medir o poder dos Estados no sistema internacional. Interpretando o pensamento de Waltz, Krieger e Roth (2007) expressam a noção de que um Estado garante poder e segurança quando dispõe de capacidade de realizar um segundo ataque nuclear para manter sua posição no sistema internacional, caso esta esteja sob ameaça de uma outra nação ou bloco de poder. Essa noção corrobora as próprias palavras de Waltz (1979, p. 98, tradução nossa), para quem o “poder é estimado pela comparação das capacidades de um número de unidades” ou seja, a partir das capacidades dos outros Estados.

Waltz (1979, p. 183, tradução nossa), no entanto, acredita que a classificação das grandes potências no sistema internacional não pode ser feita apenas com a posse de armas nucleares, “[...] mas também porque seus imensos recursos possibilitam gerar e manter poder de todos os tipos, militar e outros, em níveis táticos estratégicos.”

Essas considerações realistas são duramente criticadas pelos neoconservadores. Para os adeptos da doutrina Bush, o interesse nacio-

nal não pode estar apoiado em questões de poder objetivo, mas em questões ideológicas. Krauthammer (2004, tradução nossa), referindo-se ao neoconservadorismo salienta que ele é “uma política externa que define o interesse nacional não como um poder, mas sim como valores”, identificando “um valor supremo, o que John Kennedy denominou “o sucesso da liberdade”.

Cantell (2007, p. 39, tradução nossa) identifica uma distinção dos neoconservadores em relação ao interesse nacional. Segundo o autor, interpretando o postulado neoconservador:

Para uma grande potência, o “interesse nacional” não é, principalmente, uma condição geográfica como parece ser o caso para Estados com tamanho limitado. Nações grandes em território têm interesses mais amplos e, uma vez que suas identidades são ideológicas, possuem interesses ideológicos associados as suas preocupações materiais.

Irving Kristol (2005, p. 168, tradução nossa) é claro ao salientar que, para os neoconservadores, o interesse nacional é alicerçado em interesses ideológicos e que, por isso, “complicados cálculos geopolíticos de interesse nacional não são necessários.”

As estratégias de alianças, as ações no sistema internacional e o comportamento das nações, para os neoconservadores, deveriam ter base num julgamento moral acerca das condições internas dos Estados, em especial o seu regime político. Este deveria ser, por consequência, o critério que definiria o comportamento da potência hegemônica dentro de um sistema internacional unipolar. Para neoconservadores, o poder que as grande potências possuem – e o Estado hegemônico tem em abundância – deve ser usado com o propósito último de exportar o regime democrático para outros países. Contudo, o próprio exercício da “hegemonia benevolente” que, em última análise, faz parte do conceito de interesse nacional para os neoconservadores, requer que as condições materiais, como número de efetivos militares, armamento e condições de logística sejam levados em conta. Mas neoconservadores criticam realistas justamente porque eles não possuiriam a “visão” necessária – diremos, “messiânica” – para afirmar a democracia no mundo liberal e unipolar. Por isso é que há uma noção de amoralidade do realismo por parte dos críticos neoconservadores.

Diferenciar, portanto, um Estado democrático de outro não democrático, é condição fundamental, segundo os neoconservadores, para exercitar ou não o interesse nacional a partir, por exemplo, do uso da força militar. Segundo Fukuyama (2006, p. 114), a importância destinada

ao tipo de regime político pelos neoconservadores reside no fato de que “[...] as democracias liberais tendem a respeitar os direitos humanos básicos de seus cidadãos e externamente são menos agressivas do que as ditaduras.” Dessa percepção nasce o grande objetivo dos neoconservadores, “[...] libertar os povos da tirania e promover a democracia em todo o mundo, atingindo os Estados por dentro e moldando suas instituições básicas.”

Para neoconservadores, intervir militarmente em regimes não democráticos é um serviço à expansão da democracia, e não um ato que viola inclusive a soberania dos Estados, já que especialmente a potência hegemônica teria a missão de estabelecer-se como um remédio à anarquia do sistema internacional. Krauthammer (2004, tradução nossa) afirma isso sem meias palavras:

Se alguém invadir sua casa, você chama a polícia. Quem você chama se alguém invadir seu país? Você liga para Washington. Num mundo unipolar, a coisa mais próxima de uma autoridade central, aquela que faz cumprir as normas, é a América – o poder americano.

Por princípio, a escola realista, quando traduzida em doutrinas de política exterior, não assume a existência de Estados “bons” ou “maus” na estrutura do sistema internacional, uma vez que o que importa são suas condições materiais objetivas e o quanto eles podem interferir no equilíbrio de poder e na sobrevivência de Estados que se sentem ameaçados por seu poder ou por suas estratégias dentro do sistema. Neoconservadores professam que essa não-distinção entre as unidades do sistema é inconcebível, visto que a ideologia e os valores são excluídos da análise do comportamento dos Estados.

Não é por acaso que, por influência neoconservadora, primeiro Ronald Reagan criou a pecha de “império do mal” para a União Soviética e, mais recentemente, George W. Bush cunhou a expressão “eixo do mal” para identificar Irã, Iraque e Coreia do Norte. Exercitar o poder a partir do interesse nacional, do ponto de vista neoconservador, significa agir como que messianicamente contra as não-democracias e a favor da liberdade para os povos, identificada como o regime democrático procedimental, tendo como parâmetro o exemplo norte-americano.

Se o realismo carece de ideologia ou de julgamento moral, o neoconservadorismo superestima qualquer expectativa. Acreditar na força das ideias e submeter o poder com base em critérios geográficos ao poder da ideologia é mais uma das grandes diferenças que não conduzem a uma aproximação fácil do neoconservadorismo com o realismo.

Entretanto, identificar discordâncias pontuais não significa que possamos classificar o neoconservadorismo como um programa de investigação científica das relações internacionais. E, por quê? Porque o neoconservadorismo é limitado em questões metodológicas e científicas, o que pode fazer com que as críticas ao realismo possuam pouca credibilidade científica, tornando-se, no limite, críticas ideológicas e apologéticas de outra forma de pensamento, de uma ideologia simplesmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: NEOCONSERVADORISMO COMO PROGRAMA DE PESQUISA INDEPENDENTE?

Realismo e neoconservadorismo podem ser considerados como dois programas de investigação científica aos moldes lakatosianos? Essa é uma questão controversa, passível de discussões prolongadas, e, neste artigo, pretendeu-se apenas lançar reflexões para estudos posteriores. A preocupação principal de Imre Lakatos (1978), ao propor a metodologia dos programas de investigação científica, era estabelecer o critério que diferencia a ciência da pseudociência. Se para Popper o avanço do conhecimento e a “boa ciência” era aquela passível de falsificação, para Lakatos são os programas de investigação científica.

Segundo o autor, cada programa de investigação científica é composto de um *hard core*, um núcleo fundamental, que estabelece o axioma do programa de investigação (ELMAN; ELMAN, 2003, p. 19). É esse núcleo o responsável pela singularidade de um programa de pesquisa e sua mudança acarreta modificações importantes para a ciência, com o surgimento de um novo programa.

Um programa possui um “cinturão protetor de hipóteses auxiliares”, que pode ser conceituado como proposições que, pelo olhar sobre a realidade, são testadas e reajustadas. A mudança no “cinturão protetor”, com a adição de uma nova hipótese de um objeto empírico proporciona a criação de intraprogramas de investigação. Além disso, segundo Lakatos (1978, p. 31), há um conjunto de sugestões que resultam no desenvolvimento de teorias específicas dentro do programa, ou seja, uma “heurística positiva”, que

“[...] define os problemas, esboça a construção de uma cintura de hipóteses auxiliares, prevê anomalias e transforma-as vitoriosamente em exemplos, tudo de acordo com um plano preconcebido.”

Lakatos propugna que os programas de investigação científica são os mais indicados para a diferenciação entre ciência e não-ciência, destacando o autor o caráter progressivo ou degenerativo dos programas científicos. O progresso da ciência seria julgado com base na capacidade dos programas de prever fatos novos, constituindo, portanto, uma teoria progressiva. Em sentido oposto, a teoria ou programa que não prevê fatos novos e que apenas explica os fatos, é considerada por Lakatos (1978) como uma teoria degenerativa, e o destino dela é ter a influência diminuída pelos programas progressivos com poder de predição. Disso resulta que, para o autor, as revoluções científicas ocorrem quando há a substituição de um programa que se tornou degenerativo por outro que prediz fatos novos.

Lakatos escreveu especialmente a respeito das revoluções científicas das ciências naturais, não das ciências humanas. Segundo Elman e Elman (2003a, p. 45, tradução nossa): “Lakatos certamente não foi um fã das ciências sociais.”

Há, nesse sentido, muitas críticas acerca da aplicação da metodologia de Lakatos às Relações Internacionais. Dessler (2003, p. 383, tradução nossa), por exemplo, realiza três críticas pontuais à metodologia lakatosiana. Em primeiro lugar, ao escrever, por exemplo, sobre “núcleo fundamental”, “heurística positiva”, “cinturão protetor”, Lakatos caracteriza esses elementos de forma geral, mas “[...] ele não oferece nenhuma orientação sobre o processo pelo qual um analista pode de forma não arbitrária definir um programa de pesquisa particular.” A segunda crítica está centrada no fato de que a discussão acerca da predição de “fatos novos”, a condição para o caráter progressivo do programa de pesquisa, seria minado de “ambiguidades e inconsistências”, ou seja, seria necessária uma definição mais clara sobre o que se pode definir como um “fato novo”.

E a última crítica de Dessler afirma que Lakatos possui um “preconceito seletivo” nos aspectos científicos utilizados para formular a metodologia dos programas de investigação. Segundo o crítico, a investigação científica possui duas dimensões: a teórica e a histórica. O preconceito de Lakatos está em utilizar apenas o lado teórico da investigação, ignorando os aspectos históricos.

Já Schweller (2003, p. 313-314) não acredita que Lakatos possa ser aplicado às Relações Internacionais e identifica quatro principais insuficiências da metodologia lakatosiana: a) há pouco consenso acerca das causas dos fatos nas Relações Internacionais, inclusive dentro dos programas de pesquisa; b) há discordâncias sobre o que constitui um programa de pesquisa de Relações Internacionais; c) há dúvidas sobre o

que pode ser ou não ser considerado como um “fato novo” na teoria de relações internacionais; d) como decidir se um programa é progressivo ou degenerativo e qual o ator ou estrutura que decide isso.

A despeito das críticas à metodologia lakatosiana, acreditamos que ela pode ser aplicada às Relações Internacionais, mesmo que possua algumas dificuldades. Neste artigo, houve um esforço no sentido de estabelecer o *hard core* do realismo e, aos moldes lakatosianos, conceitualizá-lo como um programa de investigação científica. Vimos que o programa de pesquisa realista deu origem a outros programas de pesquisa dentro do programa realista e a variantes como o neorealismo, o realismo neoclássico, além de outros programas de pesquisa.

O artigo destacou que há contradições significativas entre neoconservadorismo e realismo, as quais acabam afastando o primeiro do segundo. Logo, é preciso saber se essas diferenças podem produzir um novo programa de pesquisa nas Relações Internacionais, com núcleo fundamental bem definido e com pretensões de prever fatos novos.

Exercitando, poderíamos visualizar o *hard core* neoconservador aplicado às Relações Internacionais como a crença na unipolaridade e “hegemonia benevolente”, ênfase na competição ideológica e inserção da moralidade e da ideologia na conceituação de interesse nacional. Além disso, afirma-se que o neoconservadorismo, com base nos escritos de seus intelectuais, talvez não tenha previsto a pretensa ameaça existencial do terrorismo religioso fundamentalista conjugado com os *rogue states* e armas de destruição em massa, porém, de certo modo, criado tal ameaça com sua maximização desmesurada, construindo, assim, uma profecia autocumprida. O exercício é de difícil equacionamento analítico, pois não temos elementos mais sólidos para crer no neoconservadorismo como um programa de pesquisa científica.

O neoconservadorismo, conforme qualificado no início deste artigo, não é uma teoria, mas uma ideologia que inicialmente tratou das questões sociais morais dos Estados Unidos e que, nos anos 80, a partir de Reagan, ganhou projeção na área da política externa. Irving Kristol, por exemplo, não possui um livro específico que trata de uma “política externa neoconservadora”; aliás, seus livros são compilações de artigos escritos em revistas e jornais. E essa parece ser uma escolha dos escritores neoconservadores, ou seja, escrever para a massa com linguagem acessível, textos curtos e em periódicos de grande penetração nos Estados Unidos.

As dificuldades de empregar o termo “programa de investigação científica” ao neoconservadorismo residem mais em questões materiais

não resolvidas do que propriamente na capacidade cognitiva de seus autores. Mesmo que muitos dos autores neoconservadores tenham formação acadêmica, seus artigos, por vezes, carecem de uma metodologia mais científica, inclusive respeitando as premissas básicas daquilo que conceituamos ciência. Seus artigos são defesas de um ponto de vista, de uma ideologia, e não há um livro ou um autor que tenha sistematizado o corolário neoconservador para as relações internacionais.

Há, também, um problema de duração do neoconservadorismo. O tempo pode fazer surgir um intelectual que, observando o rigor científico, acabe reunindo o conhecimento já produzido acerca dos postulados neoconservadores e produza uma tese que unifique e defenda o neoconservadorismo como mais um programa de investigação científica nas Relações Internacionais, desvinculado do realismo. Há, no entanto, que se refletir se o caráter ideológico do neoconservadorismo não pode acabar prejudicando a construção de uma “teoria neoconservadora”. Cabe salientar que ideologias costumam tornar-se objetos de estudo e que, no caso da ideologia marxista e liberal, mostraram seu potencial científico.

Charles Krauthammer (2004a), um dos maiores expoentes do neoconservadorismo dos anos 90, na década seguinte acabou desdenhando o caráter universalista democrático dos neoconservadores e iniciou a defesa do “realismo democrático”, que propõe intervir onde é estrategicamente interessante para a potência hegemônica. Um caso mais emblemático de deserção é o de Francis Fukuyama (2006), que rompeu com o neoconservadorismo para defender o “wilsonianismo realista”, destinando maior importância à diplomacia e criticando a pretensa ameaça existencial do fundamentalismo islâmico. Depois dessas situações intelectuais, fica a questão a seguir.

Na verdade, o neoconservadorismo não seria uma anomalia do programa de pesquisa realista? Ou a própria degeneração do programa realista?

Note-se que tanto Krauthammer quanto Fukuyama, ao tentar um afastamento da ideologia neoconservadora, recorrem ao “realismo” para sustentar suas visões especiais. E os dois rompem – Fukuyama numa intensidade bem maior – com a noção de “hegemonia benevolente”, central para o neoconservadorismo.

Nesse sentido, permanece a questão: haveria condições da consolidação do neoconservadorismo como um programa de pesquisa ou as defecções de seus autores acabarão levando-os aos braços do programa realista e seus cinturões protetores.

Não há, por hora, uma resposta satisfatória para isso, e o que concluímos é que o neoconservadorismo, mesmo que tenha discordâncias em relação à teoria realista, não pode ser considerado nem como teoria nem como programa de investigação científica.

REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, Ezequiel. **Técnicas de investigación social**. Buenos Aires: Lúmen, 1995.

BARACUHY, Braz. A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira. In: **Contexto Internacional**, v. 28, n. 2, p. 355-374, 2006.

BINETTI, Testoni Binetti. Doutrina. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. da UnB, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosófica política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CANTELL Mikko Kosma Johannes. **Neoconservatism ideology and the use of torture in the “global war on terror”**. Helsink, 2007. Disponível em: <<https://oa.doria.fi/bitstream/handle/10024/7166neoconse.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 out. 2008.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DESSLER, David. Explanation and scientific progress. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam (Org.). **Progress in international relations theory**. Cambridge, MIT, 2003.

DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF, Robert. **Contending theories of international relations: a comprehensive survey**. New York: Longman, 2001.

EASTON, Nina. **Gang of five: leaders at the center of the conservative crusade**. New York: Touchstone, 2002.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam. Appraising progress in international relations theory. In: **Progress in international relations theory**. Cambridge, MIT, 2003

_____. Lessons from Lakatos. In: **Progress in international relations theory**. Cambridge, MIT, 2003a.

FENG, Liu; RUIZHUANG, Zhang. The typologies of realism. In: **Chinese Journal of International Politics**, v. 1, p. 109-134, 2006.

FRACHON, Alain; VERNET, Daniel. **América messiânica: a guerra dos neoconservadores**. Porto Alegre: D. Luzzato, 2006.

FUKUYAMA, Francis. **O dilema americano: democracia, poder e o legado do neoconservadorismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

JERVIS, Robert. Understanding the Bush doctrine. In: **Political Science Quarterly**, v. 118, n. 3, p. 365-388, 2003.

KAGAN, Robert. End of dreams, return of history. In: **Policy Review**, Aug./Sept. 2007.

_____. The benevolent empire. In: **Foreign Policy**, p. 24-35, Summer 1998.

_____; KRISTOL, William. National interest and global responsibility. In: **Present dangers: crisis and opportunity of American foreign and defense policy**. San Francisco: Encounter, 2000.

KRAUTHAMMER, Charles. Democratic realism: an american foreign policy for a unipolar world. In: **AEI Annual Dinner**, Washington, 2004. Disponível em: <http://www.aei.org/include/pub_print.asp?pubID=19912>. Acesso em: 30 ago. 2007.

_____. In defense of democratic realism. In: **The National Interest**, p. 15-25, Fall 2004a.

_____. The unipolar moment revisited. In: **The National Interest**, p. 5-17, Winter 2002/03.

KRIEGER, Zanvyl; ROTH, Ariel Ilan. Nuclear weapons in neo-realist theory. In: **Internacional Studies Review**, v. 3, n. 3, p. 369-384, Fall 2007.

KRISTOL, Irving. **Neoconservatism: the autobiography of an idea**. New York: Elephant Paperback, 1995.

_____. The neoconservative persuasion. In: KRISTOL, William (Org.). **The weekly standard: a reader – 1995-2005**. New York: H. Collins, 2005.

LAKATOS, Imre. **História da ciência e suas reconstruções racionais**. Lisboa: Edições 70, 1978.

MEARSHEIMER, John. **Hans Morgenthau and the Iraq war: realism versus neo-conservatism**. 2005. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net>>. Acesso em: 10 out. 2008.

MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great power politics**. New York: Norton, 2001.

MOSCA, Gaetano; BOUTHOU, Gaston. **História das doutrinas políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MURAVCHIK, Joshua. The past, presente, and future of neoconservatism. In: **Commentaty**, p. 19-29, Oct. 2007.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SCHWELLER, Randall. The Progressiveness of neoclassical realism. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam (Org.). **Progress in international relations theory**. Cambridge, MIT, 2003.

SKINNER, Quentin. **Los fundamentos del pensamiento político moderno**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993. v. 1.

THOMSON, David. **Las ideas políticas**. Barcelona: Labor, 1973.

WALTZ, Keneth. **Theory of internacional politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WHITE HOUSE. **The national security strategy of the United States of America**, Sept. 2002.

WOOHLFORTH, William. Revisiting balance of power theory in Central Eurásia. In: PAUL, T.; WIRTZ, James; FORTMANN, Michel (Org.). **Balance of power: theory an practice in the 21st century**. Stanford: Stanford University, 2004.

Recebido em: junho de 2009.
Aprovado em: agosto de 2009.